

2 Política da dívida externa — I

Sérgio Henrique Hudson de Abranches *

O governo brasileiro enfrentará um lance decisivo no *front* externo sem ter ainda conseguido quebrar a resistência do processo inflacionário, que permanece no patamar dos 10%—12%. A equipe brasileira que participará da reunião do FMI, na próxima semana em Washington, não deve se surpreender com o fato de que o Brasil será um foco permanente de atenção, principalmente no jogo de bastidores. O possível acordo entre o Brasil e o FMI tem sido objeto de controvérsia e pressão nas últimas semanas, envolvendo os bancos privados, o FMI e setores importantes do governo dos Estados Unidos. A medida que se aproxima o encontro do "Grupo dos Sete", que antecederá as Reuniões da semana que vem, as pressões tornam-se mais fortes e persistentes e as divergências mais públicas.

Tanto na reunião dos países industrializados, quanto na do FMI, em simultâneo com a do Banco Mundial, deverão ser analisadas medidas para aliviar a situação dos países em condições mais vulneráveis diante da elevação dos preços do petróleo. As repercussões e os desdobramentos da crise do Golfo Pérsico serão o tema central. Mas as áreas de clivagem estarão centradas nas medidas específicas destinadas a determinados países. Que medidas serão estas e quais os países a serem beneficiados serão respostas eminentemente políticas e sujeitas a muita disputa.

O Brasil tem sido freqüentemente citado como um dos países que poderiam obter este tipo de ajuda especial. Sua inclusão neste grupo foi muito mal recebida pela comunidade financeira americana, que tem demonstrado forte descontentamento com a "flexibilidade" com que o FMI vem tratando as propostas econômicas brasileiras. Vários personagens influentes do setor bancário dos Estados Unidos consideram despropositada a qualificação do Brasil para receber crédito subsidiado, para compensar o impacto financeiro sobre sua "conta-petróleo".

Para os bancos credores a "heterodoxia" do FMI nas relações com o Brasil é motivo de perplexidade e irritação. As declarações públicas de autoridades brasileiras sobre o não pagamento de juros em atraso e a fixação de limites para o serviço futuro da dívida soam quase como provocação. Não é por acaso que porta-vozes credenciados dos bancos comerciais têm criticado abertamente o FMI e praticamente exigido que o Fundo condicione qualquer acordo, e principalmente qualquer empréstimo, ao pagamento prévio dos juros atrasados e a um compromisso acerca do restabelecimento do serviço corrente da dívida.

As pressões dos bancos privados, apoiados por autoridades graduadas do governo dos Estados Unidos, como o Subsecretário do Tesouro, têm aumentado em insistência e vigor nos últimos dias. Os alvos são a reunião do "Grupo dos Sete" e a plenária do FMI. É notório que alguns Chefes de Executivo destes países são simpáticos a uma saída mais política e favorável ao Brasil. O objetivo desta ofensiva é forçar o FMI e, eventualmente, o Clube de Paris, a associar seus respectivos acordos com o Brasil à negociação com os credores privados e ao fim da moratória. Informalmente não são poucos aqueles que manifestam o temor de que os bancos fiquem isolados e mais vulneráveis a manobras políticas do governo brasileiro, se as negociações forem favoravelmente completadas nos âmbitos governamental e multilateral, sem incluir os interesses dos credores privados.

Esta reação é resultado da própria atitude adotada pelo governo, que sempre defendeu o tratamento político da questão da dívida externa. Desde o início, ele definiu um circuito oficial prioritário, coberto pelo Presidente, pela Ministra da Economia e por outras autoridades econômicas graduadas, privilegiando o FMI, o Clube de Paris e o Banco Mundial. Qualquer acerto com os credores privados foi transferido para um segundo momento, de preferência após aprovado o acordo com o FMI e as conversas com o Clube de Paris já tenham avançado razoavelmente.

A estratégia brasileira obviamente faz sentido, mas contém

fortes elementos de risco. O primeiro e mais óbvio risco é provocar hostilidade dos bancos, a ponto de comprometer a possibilidade de negociações futuras satisfatórias. O segundo, é o Brasil não ter cacife suficiente para bancar um jogo tão duro, com apostas tão irredutíveis, até o final.

O lado positivo da operação brasileira é que se, de fato, o acordo com o FMI for assinado rapidamente, sem impor ao Brasil as condições requeridas pelos credores e, em seguida, algo semelhante for obtido com o Clube de Paris, a margem de manobra e pressão dos bancos ficaria bastante reduzida. Mas é modesta a probabilidade de que as coisas se passem assim.

O cenário político-econômico internacional pode favorecer o Brasil. Nenhum governo industrial deseja novos focos de conflito econômico ou político no momento. A cena doméstica americana é, em princípio, desfavorável ao poder de barganha dos bancos mas, ao mesmo tempo, torna improvável qualquer solução que possa trazer grandes prejuízos para eles. A situação do sistema financeiro americano é muito delicada. As chances de um acordo com o Brasil que possa provocar uma sucessão de demandas lesiva à já problemática situação dos bancos americanos são praticamente nulas.

Desde a crise das companhias de poupança e crédito, o sistema financeiro americano encontra-se seriamente abalado. Os bancos não ficaram imunes à crise. Vários deles, inclusive alguns dos maiores e mais importantes, estão enfrentando enormes dificuldades, principalmente por causa de maus resultados em operações de risco no mercado de curto-prazo e empréstimos duvidosos.

Todo dia Wall Street é sacudida por boatos de quebra de algum grande banco. Esta semana, por exemplo, circulou a informação de que o Chase Manhattan estaria prestes a quebrar. Não era totalmente verdadeira, mas o banco está anunciando um programa de profunda reestruturação, forte elevação de reservas de capital e demissão de mais de 3 mil empregados.

As agências oficiais que regulam as operações bancárias no Estados Unidos já decidiram obrigar os bancos a aumentar significativamente suas reservas compulsórias de capital, para garantir operações malsucedidas. O Fundo Federal de Seguro Bancário, que garante os depósitos dos bancos, está praticamente esgotado.

A elevação dos percentuais de reserva de capital e a impossibilidade de recorrer ao seguro bancário forçarão a maioria dos bancos a reduzir suas linhas de crédito, prejudicando ainda mais sua rentabilidade. O mercado de imóveis, importante fonte de demanda por crédito, está parado. Pior ainda, é preocupante o volume de inadimplência nos financiamentos imobiliários. Este é um dos principais problemas enfrentados pelo Chase, por exemplo. O preço das ações dos principais bancos tem caído verticalmente na bolsa de Nova Iorque. Esta semana, sofreram quedas consideráveis os papéis do Chase Manhattan, do Chemical Bank, do Manufacturers Hannover e do Bank América. Evidentemente, qualquer medida que possa prejudicar ainda mais os bancos dificilmente será aprovada.

O cenário de dificuldades econômicas de curto e médio prazos, no mundo industrial, é desfavorável tanto para os bancos, quanto para o Brasil. Os Estados Unidos estão sob forte ameaça de entrar em processo de estagflação, já em outubro. É politicamente impossível uma redução efetiva do déficit público americano. Na Inglaterra, a inflação já chegou à casa dos dois dígitos — 10,6% o que determinará medidas contracionistas rigorosas. A Espanha anunciou novo plano de austeridade econômica, para combater a inflação crescente. A Alemanha está redimensionando, quase diariamente, os custos e as dificuldades da reunificação, à medida que se vai avaliando melhor as precárias condições da economia e da sociedade do lado oriental. No Japão, houve uma queda muito acentuada da taxa de crescimento. Tudo isto faz prever cada vez menor disponibilidade de recursos para uma solução reciprocamente satisfatória do problema da dívida.

* Cientista político. Primeiro de uma série de dois artigos. O segundo será publicado na edição de amanhã.